

Ozarfaxinars

e- revista ISSN 1645-9180

Nº 22 TEIP - Territórios Educativos de Intervenção Prioritária em Matosinhos

1

O que são Agrupamentos TEIP

Margarida Soares ()*

Introdução

Em Portugal, os baixos níveis de educação e de qualificação e os modestos índices de qualidade educativa, quando comparados com os dos países industrializados, devem-se às opções políticas do «Estado Novo», vigentes durante 50 anos, (1926 a 1974), que afastaram Portugal dos processos de desenvolvimento que marcaram a Europa. Não podemos esquecer que em meados do século XIX, mais de 80% da população portuguesa era iletrada e que, no início do século XX, a situação se mantinha praticamente inalterada, enquanto os países como a Espanha e a Itália, cuja situação de partida era idêntica à nossa, apresentavam já taxas de analfabetismo da ordem dos 50%. Nos anos sessenta, o analfabetismo era ainda de 60%, tendo baixado para cerca de 11% no início da década de 90, e a população escolar aumentou de um quarto de milhão no início do século XX para dois milhões no final do século. A acompanhar a mudança na escala da escolarização, dá-se a imposição do modelo escolar e, nos anos 90, a instituição escolar é reconhecida, aceite e desejada. (Benavente, 2001)

Com a Revolução de 1974, e desde essa altura, as políticas educativas aumentaram progressivamente o investimento na educação, procurando dar respostas a problemas de oferta, de acesso e de sucesso educativo sem projectos coerentes e continuados, vivendo a problemática de uma democracia recente. A prova disso é que só com a aprovação, em 1986, da Lei de Bases do Sistema Educativo se tornou obrigatória a escolaridade básica de nove anos, ou seja, nos anos noventa a escolaridade de nove anos ainda não era efectiva para todas as crianças, sendo registados elevados índices de abandono e de insucesso escolar. A relação com a escola e com o saber está longe de estar resolvida.

Em 1995, a educação tornou-se uma prioridade estratégica e decisiva para o desenvolvimento e modernização do país, visando ultrapassar o atraso português no espaço de uma geração. Mas os interesses são muito diversos e difíceis de conciliar, por vezes até

Ozarfaxinars

e- revista ISSN 1645-9180

Nº 22 TEIP - Territórios Educativos de Intervenção Prioritária em Matosinhos

2

antagónicos e paradoxais, e a sociedade não está satisfeita com as soluções. Se dar prioridade à educação é sinónimo de grande investimento, a escola, devido às transformações sociais, vivencia enormes desafios e não dá resposta a todos os problemas, o que, em termos de prestação de contas, não justifica o investimento. Contudo, em educação, a melhoria de resultados reconhecidos só é visível a longo prazo, por isso, não se coaduna ao ritmo da acção política. Não podemos esquecer que Portugal tem níveis de qualificação da população adulta muito baixos, e só a longo prazo os resultados escolares poderão ser comparáveis com os das sociedades que há muito tempo consolidaram a sua escolaridade obrigatória e que têm práticas sociais mais reconhecidas pela cultura letrada. Por isso, o investimento na educação tem de ter em conta as constantes mudanças na sociedade que afectam a escola, que tem um papel e decisivo de bem social e constitui investimento e recurso para uma sociedade mais competitiva, mais culta, mais livre, com mais cidadania (*idem*).

Sabemos que a sociedade centra a sua análise sempre mais nas dificuldades do que nas melhorias, sobretudo quando estas são lentas e pouco reconhecidas e que reclama resultados imediatos pondo em causa os processos internos à escola. É preciso reconhecer, no entanto, que a sociedade é a favor, em geral, da escola que conheceu e na qual teve sucesso, pondo em causa as inovações, já que as desconhece.

Também os preconceitos sociais neste domínio são muito fortes. Os que defendem a exigência, mitificam um modelo de ensino pensado para um universo escolar demograficamente reduzido, socialmente homogéneo e proveniente das classes média e alta, modelo que já há três décadas produzia exclusão, e que, por essa razão, seria impossível de transpor para a sociedade actual.

Numa situação de prioridade à educação, os pedidos sociais são cada vez mais (da educação sexual à educação ambiental, da guarda das crianças à ocupação de tempos livres) factor revelador da importância que lhe é atribuída, mas, ao mesmo tempo, acusam-na de não ser capaz de dar resposta a todos esses pedidos o que desestabiliza o ambiente de responsabilização e de motivação necessários à construção de novas respostas.

Com objectivo de melhorar a escola básica, com igualdade de oportunidades, exigência e rigor, foram empreendidas algumas medidas, entre elas a criação dos Territórios de Intervenção Prioritária (TEIP).

Ozarfaxinars

e- revista ISSN 1645-9180

Nº 22 TEIP - Territórios Educativos de Intervenção Prioritária em Matosinhos

3

O que são os Territórios de Intervenção Prioritária

A experiência dos territórios educativos de intervenção prioritária (TEIP) teve início em 1996, com o governo de António Guterres, por força do Despacho nº 147 – B do Ministério da Educação. Esta medida, inspirada nas «zones d'action prioritaires» (ZEP) em França, tinha subjacente uma filosofia de discriminação positiva, para as escolas e as populações mais carenciadas, e de territorialização da acção educativa, porquanto reconhecia as dificuldades com que se deparam muitas escolas, quer em zonas de isolamento rural, quer nos meios urbanos e suas periferias, e acreditava que os contextos sociais em que as escolas estão inseridas podem e condicionam muitas vezes o sucesso educativo (*ibidem*).

As experiências implementadas nas ZEP mostravam que era possível articular recursos, mobilizar parceiros educativos e levar as escolas a ter em conta as necessidades específicas dos alunos, conquistando-os para as aprendizagens, abrindo o espaço escolar a actividades artísticas e desportivas e, dessa forma, atenuar os fenómenos de exclusão. Para tal estava prevista a concessão de apoios financeiros e pedagógicos adicionais a estabelecimentos de ensino localizados em meios desfavorecidos e problemáticos.

O número de territórios, dezenas, em 1996/97, foi crescendo, de modo controlado e, entretanto, preparavam-se medidas estruturais relativas à autonomia e gestão das escolas, prevendo os «agrupamentos» de escolas da educação pré-escolar e dos três ciclos do ensino básico e a criação de órgãos de participação social na vida educativa.

As escolas viveram assim processos de abertura, de reflexão crítica, em torno de projectos e de objectivos comuns. Receberam recursos acrescidos, meios materiais, o número de alunos por turma foi reduzido, foram criados mecanismos para uma maior continuidade do corpo docente e, de acordo com as circunstâncias, elaboraram-se projectos concretos de luta pela inclusão e pelas aprendizagens.

As dificuldades de implementação dos projectos prenderam-se com a dificuldade de coordenação entre serviços, com a insuficiência dos recursos e sobretudo com as dificuldades reais de meios sociais muito carenciados. A solidariedade e atenção voltada para estes contextos difíceis, a articulação de recursos entre escolas próximas, o acompanhamento dos alunos na

Ozarfaxinars

e- revista ISSN 1645-9180

Nº 22 TEIP - Territórios Educativos de Intervenção Prioritária em Matosinhos

4

transição entre ciclos, o desenvolvimento de respostas originais e a mobilização dos parceiros educativos para a melhoria educativa foram os pontos fortes de toda esta acção.

Dez anos depois, em Setembro de 2006, a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, anunciou o relançamento do programa dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP2), dirigido às escolas ou agrupamentos de escolas localizados nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, com elevado número de alunos em risco de exclusão social e escolar, com o objectivo de promover o sucesso educativo dos alunos pertencentes a meios particularmente desfavorecidos, através da apropriação, por parte das comunidades educativas assim caracterizadas, de recursos que lhes permitam orientar a sua acção para a reinserção escolar dos alunos.

De acordo com o despacho normativo n.º 55/2008 que regulamenta a constituição dos TEIP 2, os agrupamentos assim considerados foram chamados a apresentar os seus projectos educativos envolvendo um conjunto diversificado de medidas e acções de intervenção na escola e na comunidade, explicitamente orientadas para a qualidade do percurso e dos resultados escolares dos alunos; a redução do abandono e insucesso escolar; a transição da escola para a vida activa e intervenção da escola como agente educativo e cultural central na vida das comunidades em que se insere.

Pretende-se, com este programa, a criação de uma escola pública baseada na promoção da educação para todos, com qualidade, orientada para a promoção da dignidade da pessoa humana, a igualdade de oportunidades e a equidade social para a construção de uma sociedade livre, justa, solidária e democrática. A escola pública assim caracterizada é ainda uma condição básica de coesão social e nacional, de crescimento e de modernização tecnológica do País no âmbito da transição para a economia do conhecimento e a sociedade de informação. Importa, assim, criar condições que permitam garantir a universalização da educação básica de qualidade e promover o sucesso educativo de todos os alunos e, muito particularmente, das crianças e dos jovens que hoje se encontram em situações de risco de exclusão social e escolar.

Na sequência das medidas que vêm sendo adoptadas no sentido da introdução de mecanismos de apoio às populações mais carenciadas e como resposta às necessidades e às expectativas dos alunos e das suas famílias, tal como a escola a tempo inteiro, a educação especial, pretende-se que este programa estimule a apropriação, por parte das comunidades educativas mais atingidas pelos referidos problemas escolares, de instrumentos e recursos que lhes

Ozarfaxinars

e- revista ISSN 1645-9180

Nº 22 TEIP - Territórios Educativos de Intervenção Prioritária em Matosinhos

5

possibilitem congregar esforços tendentes à criação nas escolas e nos territórios envolventes de condições geradoras de sucesso escolar e educativo dos alunos. Trata-se de uma clara afirmação de uma dupla função da escola, por um lado, como entidade directamente responsável pela promoção do sucesso educativo que constitui uma condição básica para a equidade social e, por outro, como instituição central do processo de desenvolvimento comunitário. Qualquer das funções, em particular no caso das escolas localizadas em meios desfavorecidos, apenas se concretiza convenientemente por via do estabelecimento de relações de parceria com outras entidades presentes nas comunidades territoriais. Essas parcerias concorrem para a existência de uma efectiva articulação de espaços e recursos educativos, ao mesmo tempo que potenciam o papel educativo e formativo da escola nos processos de desenvolvimento comunitário. Tal desenvolvimento melhora não apenas a qualidade de vida e a capacidade de resolução autónoma dos seus problemas, por parte das comunidades, como permite a participação na vida colectiva a nível global, para a qual a escola fornece os instrumentos de base.

A construção de projectos com vista à optimização dos meios humanos e materiais disponíveis em cada território educativo favorece uma dinâmica integrada da intervenção, com consequente rentabilização de recursos, em função de um projecto de território educativo e suportado na flexibilidade organizacional das escolas que integram o Programa, substituindo a dispersão das intervenções de cada uma das entidades e agentes da comunidade por uma visão comum dos problemas e dos objectivos e pela cooperação na sua concretização.

Na sequência do anterior, o Programa TEIP2 desenvolve -se a partir do ano lectivo de 2008 -2009 e deverá materializar-se na apresentação e desenvolvimento de projectos plurianuais, visando, sem prejuízo da autonomia das escolas que os integram, a consecução dos seguintes objectivos centrais: a melhoria da qualidade das aprendizagens traduzida no sucesso educativo dos alunos; o combate ao abandono escolar e às saídas precoces do sistema educativo; a criação de condições que favoreçam a orientação educativa e a transição qualificada da escola para a vida activa; a progressiva coordenação da acção dos parceiros educativos — incluindo o tecido institucional público, empresas e a sociedade civil — com a acção da escola e das instituições de formação presentes em áreas geográficas problemáticas; a disponibilização por parte da escola dos recursos culturais e educativos necessários ao desenvolvimento integrado da educação, da qualificação, do reconhecimento e certificação de competências e ainda da animação cultural.

Ozarfaxinars

e- revista ISSN 1645-9180

Nº 22 TEIP - Territórios Educativos de Intervenção Prioritária em Matosinhos

6

As escolas do agrupamento integrantes de um TEIP2 promovem a elaboração de projectos educativos envolvendo um conjunto diversificado de medidas e acções de intervenção na escola e na comunidade, explicitamente orientadas para a qualidade do percurso e dos resultados escolares dos alunos; a redução do abandono e insucesso escolar dos alunos; a transição da escola para a vida activa; intervenção da escola como agente educativo e cultural central na vida das comunidades em que se insere.

Na elaboração dos projectos educativos devem ser ponderadas as circunstâncias e interesses específicos da comunidade e contempladas as intervenções de vários parceiros, designadamente professores, alunos, pessoal não docente, associações de pais, autarquias locais, serviços desconcentrados do Estado, incluindo centros de emprego e de formação profissional, centros de saúde, serviços de acção social, empresas, comissões de protecção de menores, instituições de solidariedade, associações culturais, recreativas e desportivas, entre outras.

A concepção e organização do respectivo projecto educativo devem corresponder às seguintes prioridades de desenvolvimento pedagógico: promoção de condições para a promoção do sucesso educativo e escolar das crianças e dos jovens com vista a prevenir a retenção, o absentismo e o abandono escolar, através da diversificação das ofertas formativas, designadamente o recurso aos percursos curriculares alternativos, planos de recuperação, cursos de educação e formação e cursos profissionais; criação de modalidades flexíveis de gestão do currículo e dos programas disciplinares e não disciplinares de modo a actuar precocemente sobre o risco de abandono e insucesso e a orientar a avaliação da progressão dos alunos para as competências definidas de fim de ciclo ou nível de ensino; fixação de áreas de intervenção e medidas que possam dar resposta às necessidades específicas identificadas nas escolas, designadamente nos seguintes domínios: ligação ao mundo do trabalho por via da cooperação entre escolas e organizações de trabalho, de forma a incluir nos processos pedagógicas aprendizagens relativas às profissões e aos contextos do respectivo exercício; educação para a saúde, desporto escolar e os apoios educativos especiais, educação para o empreendedorismo e contacto com estruturas e sítios de interesse patrimonial e cultural; identificação dos mecanismos de acompanhamento de projectos de estudo e formação; dotação em pessoal docente e auxiliar, profissionais de orientação profissional, de orientação escolar e apoio tutorial, mediadores com a comunidade; segurança e prevenção da violência, acompanhamento de actividades dentro e fora da escola; articulação estreita com as famílias e a comunidade local que promova a sua efectiva

Ozarfaxinars

e- revista ISSN 1645-9180

Nº 22 TEIP - Territórios Educativos de Intervenção Prioritária em Matosinhos

7

participação na vida escolar, através do desenvolvimento de actividades de âmbito educativo, cultural, desportivo e de ocupação de tempos livres, quer de crianças e jovens inscritos na escola quer no desenvolvimento de actividades de educação permanente, disponibilizando recursos ou equipamentos para o conhecimento, a promoção da aprendizagem ao longo da vida, o acesso dos adultos ao processo de RVCC e ainda outras actividades de desenvolvimento comunitário em parceria com outras entidades tais como autarquias locais, associações de pais e IPSS.

O projecto educativo deve incluir, entre outros aspectos: a identificação das situações problema, através de metodologias abertas e participadas de diagnóstico a três níveis, respectivamente do aluno, da organização e gestão escolar e da comunidade, envolvendo os diversos parceiros do processo educativo, devendo os resultados do diagnóstico da rede social ser sempre tidos em consideração na identificação das situações problema; os objectivos a atingir, as prioridades e os impactes esperados nos resultados escolares dos alunos, na organização do processo educativo e na comunidade territorial; a proposta de intervenção, as metodologias a adoptar, nomeadamente de forma a abranger os níveis da turma, da escola e da comunidade e o plano de acção a implementar em conformidade com as prioridades constantes da alínea anterior; a identificação dos recursos humanos e técnico -pedagógicos da escola ou agrupamento a mobilizar para o projecto e dos compromissos formalmente assumidos por parte de parceiros da comunidade; a elaboração de um plano de actividades prevendo a respectiva calendarização e a identificação das metas a atingir em cada etapa, sendo algumas delas obrigatoriamente quantificadas; os processos e modalidades de acompanhamento, auto – avaliação e avaliação externa do projecto e dos resultados.

Para assegurar a coordenação das várias intervenções e possibilitar a articulação em rede é criado em cada TEIP2 uma equipa multidisciplinar, cuja composição deve garantir, de forma equilibrada, a participação: do titular do órgão de direcção executiva do agrupamento, que coordena a equipa; de representantes do conselho pedagógico respectivo, nos termos definidos no regulamento interno; de um responsável pela coordenação do projecto, nomeado pelo director do agrupamento de escolas; de um representante do núcleo executivo da comissão social de freguesia.

Podem participar nas reuniões da equipa multidisciplinar peritos externos que acompanhem o projecto, designadamente peritos indicados pela comissão de coordenação permanente.

Ozarfaxinars

e- revista ISSN 1645-9180

Nº 22 TEIP - Territórios Educativos de Intervenção Prioritária em Matosinhos

8

Estes projectos educativos constituem a base de negociação de um contrato -programa entre cada agrupamento e o Ministério da Educação, através da Direcção Regional de Educação do Norte, no qual o ME se comprometeu a conceder apoios pedagógicos e financeiros para a execução do projecto, e no qual os agrupamentos assumiram a responsabilidade pela criação de condições de melhoria do ambiente educativo e da qualidade das aprendizagens dos alunos, traduzida no sucesso escolar dos mesmos, através da diversificação das ofertas formativas, designadamente do recurso aos planos de recuperação, percursos curriculares alternativos e cursos de educação e formação, que garantam a transição da escola para a vida activa. Estes projectos apresentam uma componente de financiamento do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), que não acontecia nos TEIP de 1996.

O desenvolvimento destes projectos é acompanhado pela comissão de coordenação permanente, criada no âmbito da Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, presidida por um especialista de reconhecido mérito, e integrada por dois representantes da Direcção -Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC); um representante de cada direcção regional de educação (DRE); um representante da Direcção -Geral de Recursos Humanos da Educação (DGRHE); um representante da Agência Nacional para a Qualificação, I. P. (ANQ, I. P.); um representante do Gabinete de Gestão Financeira (GGF), e tem competência para apoiar a elaboração dos projectos no respeitante à identificação das necessidades, definição de objectivos e metas; analisar e seleccionar as escolas candidatas ao Programa em função do respectivo projecto; negociar e definir os termos dos contratos -programa a outorgar com os agrupamentos e acompanhar a sua execução; acompanhar a formulação e apresentação por parte dos agrupamentos de candidaturas ao financiamento pelo Programa Operacional do Potencial Humano (POPH).

O acompanhamento e avaliação dos projectos aprovados são elementos fundamentais do modelo de intervenção do Programa TEIP2, sendo matéria da responsabilidade das escolas e da comissão de coordenação permanente. A avaliação compreende uma avaliação técnica que contempla: a auto-avaliação, segundo o modelo de avaliação definido pelas equipas TEIP 2, que servirá de base à elaboração dos relatórios semestrais; a avaliação interna, da responsabilidade da comissão de coordenação permanente do Programa, tendo como referência as metas e os objectivos traçados na candidatura e consolidados com a sua aprovação, podendo implicar a nomeação de um perito externo de acompanhamento ao projecto, designado pela comissão de

Ozarfaxinars

e- revista ISSN 1645-9180

Nº 22 TEIP - Territórios Educativos de Intervenção Prioritária em Matosinhos

9

coordenação permanente e pela direcção regional de educação competente; uma avaliação externa, da responsabilidade de uma entidade exterior e independente, contratada pela DGIDC, que avaliará o Programa na sua globalidade. (Despacho Normativo n.º 55/2008).

Territórios Educativos de Intervenção Prioritária em Matosinhos

No concelho de Matosinhos, o Agrupamento de Escolas de Matosinhos, o Agrupamento de Escolas Matosinhos Sul e o Agrupamento de Escolas de Perafita foram considerados pelo Ministério da Educação territórios de intervenção prioritária, já que a sua população se encontra inscrita nos parâmetros acima citados. Elaboraram para tal, de acordo com o artigo 7º do decreto-lei nº 55/2008, projectos de melhoria do ambiente e dos resultados escolares, que passam pela contratação de recursos humanos, na tentativa de dar resposta aos problemas diagnosticados e ponderaram as circunstâncias e interesses específicos da comunidade, tendo contemplado intervenções de vários parceiros, designadamente professores, alunos, pessoal não docente, associações de pais, autarquias locais, centros de emprego e de formação profissional, centros de saúde, serviços de acção social, empresas, comissões de protecção de menores, instituições de solidariedade, associações culturais, recreativas e desportivas, entre outras, com vista à implementação de experiências diversificadas quer ao nível do currículo quer a nível organizacional. (Ver projectos Educativos).

Com um diagnóstico muito semelhante, dado estarem circunscritos ao mesmo concelho, se analisarmos os projectos, vemos que os seus objectivos se dirigem a problemas comuns, assim como as áreas de intervenção e que, por isso, são contemplados com os mesmos recursos humanos, na tentativa de que o social e o escolar se articulem no sentido de garantir resultados escolares reconhecidos e ponham fim ao abandono e ao absentismo.

Embora tratando-se de projectos com identidades próprias, e tendo cada agrupamento dinâmicas de trabalho intrínsecas, o objecto de medição da implementação das acções são sempre os resultados dos alunos nos exames escolares e nas provas de aferição. Exames voltados ainda

Ozarfaxinars

e- revista ISSN 1645-9180

Nº 22 TEIP - Territórios Educativos de Intervenção Prioritária em Matosinhos

10

para o conhecimento, apesar do que muito já foi dito sobre esta questão, e estandardizados, tratando, afinal, todos os alunos “como se de um só se tratasse”.

O Conceito de Exclusão Social

O conceito de exclusão social sobrepõe-se aos conceitos de insucesso e abandono escolar, o que traduz a tensão entre as duas dimensões fundamentais das actuais políticas educativas em Portugal: a democratização, que constitui uma resposta ao carácter tardio e inacabado da construção, em Portugal, da escola de massas e a modernização que acentua a subordinação das políticas educativas a critérios de racionalidade económica. A criação dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária 2 representa uma das medidas de política educativa que, assume o objectivo de promover a integração social de populações socialmente mais “fragilizadas” (Canário, 2004).

Este programa pode ser analisado segundo três princípios: a exclusão social é um fenómeno que pertence à esfera do mundo do trabalho que se repercute na escola, mas que não é resolúvel na escola, nem pela escola; o “território” não é mais o espaço escolar, mas a interacção entre o escolar e o não escolar; a visão desvalorizada dos alunos, por parte dos professores, como o principal ponto crítico da política TEIP, é o principal obstáculo à construção de práticas educativas de orientação emancipatória relativamente aos “excluídos” (*idem*). A importação para o campo educativo da problemática da exclusão exprime não um agravamento dos problemas especificamente escolares, mas sim uma maior sensibilização por parte da instituição que promoveu o acesso massivo à escolarização, como instrumento de políticas públicas baseadas na “igualdade de oportunidades” e está ela também profundamente afectada pelas mudanças do seu contexto.

Um dos pontos críticos da experiência dos TEIP é a ausência de distanciamento em relação à forma escolar que se traduz pela persistência da “ilusão pedagógica” que consiste em dissociar as situações de aprendizagem escolar das situações sociais em que elas se inscrevem (Canário, 2004). Esta perspectiva redutora manifesta-se no caso dos TEIP por três dimensões principais: a primeira diz respeito à definição do problema que justifica a “intervenção prioritária”; a segunda prende-se com o facto de a acção educativa, conduzida ao nível local, permanecer “refém” da forma

Ozarfaxinars

e- revista ISSN 1645-9180

Nº 22 TEIP - Territórios Educativos de Intervenção Prioritária em Matosinhos

11

escolar; a terceira diz respeito à persistência de modalidades de regulação burocrática centralizada, por parte da administração.

A partir do momento em que a “forma escolar” se tornou o modo de socialização dominante, passou a prevalecer uma concepção de ruptura com a experiência como forma de aprender. Esta tendência é tanto mais explícita quanto maior for a distância social e cultural entre a instituição escolar e os seus alunos. Nas escolas TEIP, a desvalorização dos alunos, da sua experiência e do seu estatuto de sujeitos da sua própria aprendizagem, institui-se como o principal obstáculo ao desenvolvimento de uma acção educativa. Não há acção educativa pertinente que possa basear-se numa atitude de negatividade, em relação aos aprendentes. As pessoas em situação de aprendizagem são vistas, sobretudo como portadoras de “défices” e de “lacunas” a que a formação, pensada a partir da identificação de “necessidades”, deverá providenciar uma resposta (tecnicamente) adequada. Esta perspectiva torna “invisíveis” os adquiridos experienciais, tornando impossível o seu reconhecimento. Por outro lado, conduz a abdicar de utilizar o mais rico recurso da formação dos sujeitos, a sua própria experiência.

Este modo de encarar os alunos conduz, naturalmente, a construir estratégias de acção baseadas numa racionalidade didáctica que enfatiza a importância decisiva dos requisitos prévios à aprendizagem e tende, portanto, a ignorar a questão central da construção do sentido e da relação com o saber, por parte dos alunos. Assim o problema principal pode resumir-se à ideia de que com estes alunos não é possível trabalhar, antes de se proceder à sua socialização escolar, ou seja de transformar crianças em alunos idênticos. Deste ponto de vista a socialização na escola não coincide com a construção das situações de aprendizagem e a apropriação e produção de saberes, antes as precede. Assim se dissocia a socialização na escola da relação com o saber.

A educação concebida como um processo permanente que se confunde com o ciclo vital remete para uma concepção inacabada do ser humano que, segundo os termos de Charlot (1997), está sujeito desde que nasce, à “obrigação de aprender”, e em que a educação é entendida como uma “produção de si, por si”, o que apela a que ele “se utilize a si próprio como um recurso.” Esta centralidade do sujeito no processo de aprendizagem implica uma perspectiva da produção de saber que se situa nos antípodas da concepção cumulativa, molecular e transmissiva própria da forma escolar tradicional” (Canário, 2004).

Ozarfaxinars

e- revista ISSN 1645-9180

Nº 22 TEIP - Territórios Educativos de Intervenção Prioritária em Matosinhos

12

Conclusão

Os resultados do PISA (OCDE) colocam Portugal em posições muito modestas quanto às competências dos alunos. Muito embora comparando sociedades muito diversas e em diferentes momentos do seu desenvolvimento, não deixam de pôr em causa o papel específico da escola e os seus resultados. Temos que reconhecer que a escola, como está organizada, não tem sido capaz de dar resposta aos problemas da sociedade actual. Continua, em muitos dos seus aspectos, a ser uma escola do passado, cheia de contradições e com dificuldade em responder aos constantes desafios da sociedade. Os indicadores dos estudos internacionais, que revelam a debilidade dos resultados escolares, só poderão ser alterados se a escola para todos apresentar aprendizagens reconhecidas. Qualidade e democratização encontram-se no âmago da questão. A primeira depende, em grande medida, do cruzamento de vários factores, nomeadamente o desenvolvimento curricular, o desenvolvimento organizacional e o desenvolvimento profissional dos professores; só assim se criarão condições para a melhoria das aprendizagens dos alunos. A segunda reconhece que, embora a escola não seja o único local de aprendizagem, é imprescindível que os alunos aprendam a estudar, a ter autonomia na procura, selecção e utilização da informação cada vez mais numerosa e mais dispersa, a adquirir ferramentas de trabalho e metodologias que lhes permitam continuar a aprender para além da escola.

Apesar de ser um caminho necessário, não deixará de se confrontar com múltiplas dificuldades, desde as resistências ideológicas às rotinas instaladas. É preciso aceitar que as práticas, as atitudes, as representações e as identidades precisam de muito tempo para se transformarem e que precisam de condições materiais, simbólicas, pedagógicas e profissionais que apoiem os processos de mudança.

Acresce ainda que a formação inicial de professores está longe de integrar estas concepções, e continua, na maior parte dos casos, centrada no «aluno ideal», abstracto e inexistente, pouco consistente com o desenvolvimento da profissionalidade docente (Canário, 2004).

É preciso dar menos importância às grandes visões com base em estatísticas e valorizar singularidades das instituições e dos processos numa mesma escola. Nas escolas aqui mencionadas, nem todos os alunos têm sucesso, no entanto, cada aluno é um caso, cada aluno corresponde a “uma biografia que é singular” (*idem*). As mesmas situações não têm os mesmos resultados com todas as pessoas, nós precisamos perceber quais são os mecanismos que estão na

Ozarfaxinars

e- revista ISSN 1645-9180

Nº 22 TEIP - Territórios Educativos de Intervenção Prioritária em Matosinhos

13

origem destas singularidades. O ponto de vista do saber deverá deixar de estar na maneira como se interrogam as escolas.

Podemos concluir, apesar de tudo, que, para além das críticas de que sempre foi objecto, a escola continua a enraizar-se em duas convicções que marcam as nossas sociedades: a de que se pode mudar o mundo e as «mentalidades» educando melhor as pessoas, e a de que as sociedades são suficientemente maleáveis para permitir a transformação das escolas (Hutmacher, 1999).

A sociedade actual exige uma escola inteligente, capaz de assegurar a igualdade de oportunidades e a qualidade das aprendizagens. Aceitar que é preciso tempo, que é necessário o trabalho e a participação de todos e que “só há fatalismos quando por eles nos deixamos vencer” (Benavente, 2001), é aquilo que as escolas esperam de todos os programas de acção instituídos e a instituir. Por isso, quando se fala no Orçamento Geral do Estado para 2011 e nos cortes previstos para a Educação, a pergunta a fazer é esta: Serão as escolas TEIP capazes de sustentar a sua acção se lhes forem retirados os recursos humanos e materiais suplementares de que têm usufruído no âmbito destes programas?

Referências

- BARROSO, João (1996). *Autonomia e Gestão das Escolas*. Lisboa, Ministério da Educação
- BARROSO, João (1997). *A Formação em Administração Educacional em Portugal*, in BARROSO, J. *Organização pedagógica e disciplina escolar: uma abordagem sócio histórica*. Colóquio, Educação e Sociedade, v.10, p. 75-98, 1995.
- BENAVENTE, Ana (2001) *Revista Ibero Americana de Educación*, Nº 27, pp. 99-123
- CANÁRIO, R. *Territórios educativos de intervenção prioritária: a escola face à exclusão social*. *Revista de Educação*, Lisboa, v. IX, n. 1, p. 125-135, 2000.
- CHARLOT, B. *Du rapport au savoir: éléments pour une théorie*. Paris: Anthropos, 1997.
- FORMOSINHO, João & Machado, Joaquim (1998c). *Territorialização das Políticas Educativas*, Elos, revista do Centro de Formação Francisco de Holanda, Guimarães (aguarda publicação)
- INSTITUTO DE INOVAÇÃO EDUCACIONAL (IIE). *Territórios educativos de intervenção prioritária*. Lisboa: IIE, 1999.

Ozarfaxinars

e- revista ISSN 1645-9180

Nº 22 TEIP - Territórios Educativos de Intervenção Prioritária em Matosinhos

14

LIMA, Licínio C. (1992). A Escola como Organização e a Participação na Organização Escolar. Um Estudo da Escola Secundária em Portugal (1974-1988). Braga, Universidade do Minho/Instituto de Educação

LIMA, Licínio C. (1994). Modernização, Racionalização e Optimização: Perspectivas Neotaylorianas na Organização e Administração da Educação, Cadernos de Ciências Sociais, nº 14, 119-139

LIMA, Licínio C. (1997). Para o Estudo da Evolução do Ensino e da Formação em Administração Educacional em Portugal, in LUÍS, Ana, BARROSO, João & PINHAL, João (Org). A Administração da Educação: Investigação, Formação e Práticas. Actas do 1º Congresso do Forum Português de Administração Educacional, realizado em Vilamoura a 27, 28 de Fevereiro e 1 de Março de 1997. Lisboa, Forum Português de Administração Educacional, 15-54

NÓVOA, A. Histoire et comparaison: essais sur l'éducation. Lisboa: Educa, 1998.

SANTOS, B. S. O Estado e a sociedade em Portugal (1974-1988). Porto: Afrontamento, 1990.

SANTOS, B. S. Reinventar a democracia. Lisboa: Gradiva, 1998.

SILVA, M. Integração e exclusão social: Portugal e as duas Europas da Europa. In: PORTUGAL na transição do milénio. Lisboa: Fim de Século, 1998.

SARMENTO, Manuel J. (1992). As Escolas e a Autonomia. Porto, Edições ASA)

SANTOS, Boaventura de Sousa (1984). A Crise e a Reconstituição do Estado em Portugal (1974-1984), Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 14 (1984), 7-29

STOER, Stephen R. (1986). Educação e Mudança Social em Portugal. 1970-1980, uma Década de Transição. Porto, Edições Afrontamento

(*) Coordenadora do Projecto Educativo TEIP do Agrupamento de Escolas Matosinhos Sul